

INTERVENÇÃO INICIAL DOS EDUCADORES DO SERVIÇO EDUCATIVO ARTES DA FUNDAÇÃO DE SERRALVES

Antes de mais, queremos agradecer a oportunidade de podermos expor a V. Ex.as a nossa situação.

Somos educadores do serviço educativo artes da Fundação de Serralves, o rosto da Fundação, a linha da frente. 184 mil 621 pessoas participaram em actividades do Serviço Educativo em 2019.

A equipa do Serviço Educativo Artes tem 3 pessoas com contrato de trabalho (coordenadora, assistente e produtora) e 25 educadores em regime de prestação de serviços, não tendo um único educador a contrato.

Somos uma equipa de profissionais especializados em diferentes áreas disciplinares: investigadores, artistas, arquitetos, curadores, historiadores. Muitos educadores têm décadas de experiência na arte-educação e mediação. Somos uma equipa altamente qualificada num registo precário, colaborando em permanência com Serralves.

No início da pandemia, a 12 de março, pedimos esclarecimentos à Coordenação do SE Artes sobre as medidas definidas por Serralves. Não existindo medidas previstas, fizemos por nossa iniciativa um plano de emergência em 2 áreas, cancelamento de atividades e teletrabalho, que enviamos com caráter de urgência à FS no dia 17 de março. As propostas incluíam vários tipos de atividades à distância para públicos diferentes, e 3 propostas de compensação por atividades canceladas.

A FS demorou 15 dias a responder, tendo recusado todas as nossas propostas, alegando dificuldades orçamentais e impossibilidade de trabalho à distância pelas limitações do Estado de Emergência. A única proposta de alguma forma de compensação seria o adiantamento de 50% do valor de 1 única atividade (Bioblitz) a 6 educadores, correspondendo a 200€. A proposta não foi aceite por estes educadores, porque implicava o compromisso de garantia de disponibilidade integral em data ainda a definir unilateralmente pela FS.

A maior parte dos projectos educativos suspensos estava já orçamentada. A FS é financiada pelo Orçamento de Estado via Fundo de Fomento Cultural e três programas do Serviço educativo têm ainda financiamento do Portugal Inovação Social. A FS recebeu um reforço de verbas das transferências do Fundo de Fomento Cultural aprovado a 30 de Abril, recebendo 4,6 milhões de euros, mais 132 mil euros do que em 2019.

Consideramos que para além das responsabilidades legais, as instituições têm responsabilidades sociais, morais e éticas a cumprir, tal como sustentado no

comunicado de 29 de abril do coletivo CT's Cultura, integrado pela Comissão de Trabalhadores da Fundação de Serralves.

A denúncia pública que fizemos inicialmente foi na forma de um apelo à administração, na pessoa da Dra. Isabel Pires de Lima, para que fizesse honrar as responsabilidades sociais e éticas da FS para com a equipa de educadores, tal como havia defendido publicamente em manifesto que apelava às instituições culturais do país que cumprissem estas suas responsabilidades. Não obtivemos qualquer resposta até hoje.

A contínua recusa de resolução da situação pela FS, mesmo depois do reforço orçamental do Fundo de Fomento Cultural, do fim do estado de emergência e da reabertura ao público, levantou outras questões, revelando a insustentabilidade da precariedade do vínculo laboral dos educadores.

Apesar da nossa relação laboral com a FS ser até ao momento de trabalhador independente, na realidade prestamos a nossa atividade nas condições de trabalho por conta de outrem, de acordo com as características reconhecidas e enumeradas na Lei, que podemos depois detalhar.

No que concerne às atividades, a FS só paga efetivamente as horas de contacto com o público, mas TODAS as atividades que fazemos exigem preparação prévia, investigação, concepção, produção de textos, preparação de espaços, equipamentos e materiais, ou seja, parte substancial do nosso trabalho não é pago.

Temos volumes de rendimentos diversificados ao longo do ano, não permitindo a muitos educadores garantirem a sua subsistência exclusivamente com o trabalho na FS. No entanto, os turnos ou dias reservados em exclusividade para a FS não são alterados ou afetados pela acumulação de trabalho com outras entidades.

Não somos chamados apenas quando alguma entidade externa pede uma atividade, estamos disponíveis em permanência para a programação que a própria FS organiza. Desenvolvemos atividades de público regulares. Algumas destas atividades são permanentes, repetem-se todos os anos, e estruturam a programação da FS.

O nosso trabalho pode beneficiar significativamente a FS neste momento de crise, como tem acontecido ao longo de décadas, facto reconhecido pelas diversas Coordenações e Direções, e também nas mais recentes reuniões com a Coordenadora do SE Artes, o Diretor do Museu, e a Diretora Administrativa e Financeira, que afirmaram precisarem muito de nós e do nosso trabalho, até por questões de equilíbrio orçamental da instituição.

Solicitamos formalmente a revisão do vínculo dos educadores à FS no dia 11 de Maio. Já tentávamos há muito tempo resolver a questão com a coordenação, sem resultados. Fomos informados na reunião de 14 de Maio que a Direção do Museu e a Coordenação do SE Artes iriam iniciar um processo interno de redefinição do SE ao longo de 2 ou 3 meses face às condições atuais, e que apenas depois desse processo se definiriam os moldes do trabalho dos Educadores no SE Artes.

Após reforço desse pedido, obtivemos resposta da FS a 11 de julho, comunicando que “considera que não existe qualquer “situação a regularizar” pois não se verifica a existência de qualquer situação de “falsos recibos verdes”.”

Lamentamos que Serralves não tenha conseguido até ao momento encontrar estratégias consistentes face à crise para o SE Artes, ao contrário de outros serviços da mesma fundação, bem como de outras instituições culturais nacionais.

23 DE SETEMBRO DE 2020